

Justiça Ambiental

www.justicaambiental.org.br

Número 05 | Agosto de 2011



Ser REDE: nossa riqueza e nosso desafio

“O presente é tão grande, não nos afastemos; não nos afastemos, vamos de mãos dadas.”
Carlos Drummond de Andrade

Ao longo de seus quase dez anos de história, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) participou e, em alguns casos, deflagrou processos políticos importantes em busca da efetivação da justiça ambiental no Brasil. Em seu IV Encontro Nacional, realizado no período de 03 a 05 de janeiro de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, recordamos e sistematizamos alguns dos passos trilhados, encaramos as complexidades e incertezas do caminho, bem como os horizontes que se anunciam nos reflexos de nossas ações.

Justiça Ambiental: uma perspectiva crítica

As discussões e denúncias em torno da justiça ambiental surgiram nos anos 1980, no seio do movimento negro norte-americano, a partir da percepção de que projetos industriais poluentes e de elevado risco eram normalmente localizados, pelas forças de mercado, no entorno de áreas de moradia de grupos sociais com menor poder econômico e político e, não raro, concentradoras de populações negras.

Inspirada neste movimento, a RBJA veio provocar uma releitura desse conceito, a partir da preocupante dimensão ambiental das desigualdades econômicas e sociais brasileiras. Negamos o senso-comum ambiental, ao assumirmos a perspectiva crítica de denúncia frente à lógica perversa da “imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais” e ao apontarmos a necessidade de se construir “um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada”, como explicam Acselrad, Mello e Bezerra na introdução ao livro “O que é Justiça Ambiental” (2009).

Por justiça ambiental, designamos o conjunto de princípios e práticas que: (i) asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; (ii) asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; (iii) asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; (iv) favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

A participação de 75 pessoas na realização do IV Encontro Nacional¹, entre representantes de grupos que sofrem algum tipo de injustiça e racismo ambiental, de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais e pesquisadores, refletiu a pluralidade característica à composição da RBJA.

Discutimos alguns dos eixos centrais à atualidade das resistências articuladas em redes, tais como seus próprios objetivos e limites. Nesse sentido, pensamos, enquanto rede, responsáveis por articular, estimular e fortalecer as ações de combate às injustiças ambientais, sem, entretanto, substituir o protagonismo dos atores específicos que as promovem nos territórios. Cuidar da conexão complexa entre o local e o global, demanda-nos o amadurecimento dos processos de construção de identidade. Identidade que não se faz sozinha, mas também pelo reconhecimento do Outro. Pensada sob a luz das várias crises que enfrentamos, as redes só fazem sentido se abertas à reinvenção contínua e ao potencial emanado da diversidade que as constituem.

Nesse sentido, assumimos o desafio constante de compreender e avaliar os modos em que

se desenham os apoios da RBJA aos processos locais, ao mesmo tempo em que nos cabe pensar como as lutas locais articulam-se na RBJA. Arelada às macro discussões sobre conjunturas, avançamos também na definição de nossa organização interna. Na Plenária Final do encontro, deliberamos sobre a construção do Colegiado Político que, somado à Secretaria Nacional, buscaria manter e estimular a horizontalidade e o caráter diverso da RBJA, bem como potencializar o entrelaçamento entre as lutas locais e as ações em rede.

Finalmente, foram identificados alguns desafios que ainda demandam reflexões e deliberações futuras por parte da RBJA, tais como: um contexto político-institucional de restrição de recursos financeiros e, ao mesmo tempo, de agravamento dos conflitos ambientais em nosso país; incertezas sobre a compatibilidade entre a horizontalidade e a diversidade das redes com posicionamentos político-partidários consensualizados; espaços e condições para os membros participarem como interlocutores/representantes da rede e dos princípios a que ela se obriga.

Constituição do Colegiado Político da RBJA

O Colegiado Político definiu-se como um grupo de composição rotativa de entidades-membros da RBJA. A escolha das organizações/entidades que o comporiam atendeu aos seguintes critérios: (i) equilíbrio regional; (ii) equilíbrio de gênero e etnia; (iii) participação ativa nos processos em curso.

Considerando tais critérios, foi então, escolhido em plenária, um colegiado com a seguinte composição:

- Comissão Pastoral da Pesca - CPP (BA);
- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS (RJ);
- Campanha Justiça nos Trilhos (MA);
- Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a sustentabilidade - TRAMAS (CE);
- Fiocruz (RJ);
- Núcleo Amigos da Terra (RS);
- Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares - RENAP (CE);
- Fase (RJ).

A fim de afastar a possibilidade de que essa estrutura provocasse a verticalização da RBJA ou a polarização das discussões e ações coletivas em certos temas ou entidades, definiu-se que o colegiado político não teria como função ocupar um lugar de representação política da RBJA e tampouco de deliberação, mas de assumir a responsabilidade de animar e de construir dinâmicas que possibilitem:

- (i) potencializar os processos em curso na RBJA;
- (ii) encaminhar as consultas e demandas à RBJA para o coletivo;
- (iii) animar a construção de novos processos;
- (iv) garantir a horizontalidade da RBJA;
- (v) definir as tarefas e coordenar o trabalho operacional da Secretaria Nacional;
- (vi) propor e coordenar um formato de comunicação entre os membros e da RBJA com a sociedade;
- (vii) coordenar os processos de captação e gestão dos recursos;
- (viii) manter a memória da RBJA.

1- O relatório do IV Encontro Nacional da RBJA foi tomado como base para a produção das informações deste boletim.

Recordar: Do latim *re-cordis*, voltar a passar pelo coração

Eduardo Galeano

Durante o IV Encontro Nacional, trabalhamos ainda com o resgate da memória da RBJA. A partir dos momentos considerados cruciais para nossa existência e consolidação, das ações por nós realizadas, dos processos nos quais nos envolvemos, dos documentos elaborados, entre outras lembranças, buscamos visualizar a práxis de nossos princípios no decorrer de nossa história.



A luta contra a mineração de urânio foi um dos temas do III Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, realizado em 2009, no Ceará.

Aproveitamos o exercício do passado para identificarmos os temas que, no presente, vêm assumindo centralidade nos debates e ações em curso na RBJA, tais como: o monitoramento e intervenção no debate público sobre licenciamento ambiental de grandes projetos; a articulação e intercâmbio entre movimentos de atingidos por grandes projetos de mineração e siderurgia; a articulação da luta por justiça ambiental na perspectiva do combate ao racismo e às desigualdades de gênero; a construção de importantes instrumentos de fortalecimento de resistências e visibilização dos casos de injustiça ambiental; campanha contra o uso de agrotóxicos e transgênicos, atrelada aos impactos na saúde, monitoramento, regulação e alternativas; campanhas contra a criminalização e a perseguição de pesquisadores/as e ativistas; modelo energético brasileiro no cenário de retomada do programa nuclear e

Nossa linha cronológica (veja abaixo) evidenciamos a consistência com que se configuram os objetivos de nossa articulação e as áreas de incidência a que a mesma se propõe. A cada momento, nossas ações conectaram-se pela reafirmação da crítica ao “desenvolvimentismo” e aos critérios de “sustentabilidade” propagados pelo “ambientalismo de mercado”, por isso a necessidade de lembrá-las.



Já no IV Encontro, em 2010, integrantes revisitaram o histórico de ações da RBJA e discutiram formas de organização e atuação em rede.

de construção de grandes obras de infra estrutura e energia; e a construção de conhecimento e de informação para promoção de justiça ambiental.

Tudo isso revela a potencialidade da ação em rede, uma forma organizativa que enfrenta dia a dia o desafio de ser, a um só tempo, horizontal, participativa e capaz de intervir na realidade, e que possui a riqueza de agregar sujeitos com distintos saberes e experiências. Essa pluralidade expressa-se também nos processos políticos compostos pelos integrantes da RBJA, conforme demonstrou a plenária final do IV Encontro Nacional, na qual foram elencados os processos em curso, bem como propostas para fortalecê-los.

Para darmos seguimento às discussões travadas naquela ocasião, em seguida serão apresentados alguns quadros sobre as ações nas quais a RBJA está envolvida. Pretende-se, com isso, compartilhar informações e envolver os/as membros da RBJA nessas diversas ações.

2001: Realização do Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, que deu origem à RBJA

2002: Constituição da Secretaria Nacional da RBJA, sediada na Fase (RJ), e do site da rede.

2002-2003: Oficinas autogestionadas sobre Justiça Ambiental no Fórum Social Mundial

2003:

RBJA passa a ser a rede de referência da Plataforma Dhesc Brasil; 1ª campanha da RBJA: apoio à permanência de Fernanda Giannasi no Ministério Público do Trabalho e à luta contra amianto; 2ª campanha: a partir da denúncia da ACPO, impede-se a transferência de resíduos organoclorados da empresa Rhodia de São Paulo para Bahia.

2003-2004: Formação do GT Químicos

Ações relacionadas ao GT Combate ao Racismo Ambiental

O GT Combate ao Racismo Ambiental foi criado em 2005, com o objetivo de reunir denúncias, promover articulações, definir estratégias, campanhas e outras ações de luta contra as injustiças ambientais que recaem predominantemente sobre grupos étnicos e outros vulneráveis ou discriminados por sua cor. Nas cidades, atua na defesa dos marginalizados urbanos. No campo, luta pelo reconhecimento e pelo respeito aos direitos de povos indígenas, de remanescentes de quilombos e de outras comunidades tradicionais, em conflito crescente com as monoculturas agroindustriais, as grandes obras de infraestrutura, as grandes mineradoras e o turismo predador que cada vez mais se apossa da zona costeira. Atualmente, lançou a cartilha "Orientações e informações para a defesa dos territórios, dos direitos e da liberdade"

Participação na Plataforma BNDES

A RBJA considera importante incidir no espaço de articulação da Plataforma BNDES por entender que o financiamento a projetos de desenvolvimento geram injustiças ambientais. A rede participa ativamente da Plataforma BNDES desde sua formação, garantindo que a perspectiva da Justiça Ambiental seja uma das orientadoras das ações da Plataforma. Em junho de 2011, participamos do Segundo Encontro Plataforma BNDES, no qual se rediscutiram as bases do documento político desta. Membros da rede propuseram a formação de um grupo animador das discussões no âmbito da RBJA. Ressalte-se que algumas das pautas colocadas no Encontro guardam sinergia com os princípios e ações da RBJA, dentre elas: considerar o eixo Ambiental como estratégico; reforçar o trabalho com os Mapas; discutir a territorialização no segundo encontro dos atingidos; promover uma agenda de responsabilizar e corresponsabilizar com processos formativos no território, em preparação para este encontro; publicar material formativo; considerar a responsabilidade do banco em toda a cadeia produtiva; agregar a luta dos atingidos pela Vale; eleger casos concretos para acompanhar, alguns internacionais; acionar judicialmente o Banco.

2004:

Início da campanha contra a exploração de Petróleo pela Petrobrás no parque de Yasuni, no Equador; Lançamento do Mapa de Conflitos Ambientais; Início da construção do Banco Temático da RBJA; I Encontro Nacional da RBJA.

2005: I Seminário Brasileiro Contra o Racismo Ambiental; Campanha nacional pelo banimento progressivo do uso de mercúrio no país; Campanha contra a importação de pneus.

2007: I Seminário Cearense Contra o Racismo Ambiental; Seminário Direito à Moradia e Justiça Ambiental; II Encontro Nacional da RBJA.

2008: Fundação do GT Articulação Mineração-Siderurgia; Início da construção do dossiê dos impactos da Vale e da MMX; Campanha contra a renovação da licença da SERQUIP.

Ações relacionadas ao GT Articulação Mineração e Siderurgia

O GT Articulação Mineração-Siderurgia foi criado em 2008, diante das inúmeras denúncias de recorrências de injustiças ambientais ligadas às atividades de siderurgia e de mineração no país. Dela participam organizações de diversos estados afetados pela expansão dos pólos siderúrgicos. Muitos processos envolvem o GT Articulação Mineração e Siderurgia. Dentre eles, destacam-se: a construção do Encontro de Afetados pela Vale e seus desdobramentos, como a participação de integrantes da RBJA na coordenação do Movimento de Afetados pela Vale; ações de intercâmbio entre redes e grupos afetados pela siderurgia e mineração no Brasil, a nível nacional e regional; elaboração do dossiê; realização de uma missão da RDHMA na região dos Carajás; realização de piloto da Avaliação de Equidade Ambiental sobre empreendimentos relacionados à mineração e siderurgia; publicação de relatório sobre o perfil do setor no Brasil e seus impactos; incidência sobre o marco regulatório da mineração; construção de ações que relacionem mineração, siderurgia e modelo energético. Como se vê, são ações importantes, mas cujo andamento e atualidade devem ser problematizados no âmbito da RBJA, de forma que os/as integrantes da Rede possam se apropriar deles e fortalecer os que estão em curso.

Ações da Relatoria para Direito Humano ao Meio Ambiente

Criado em 2002, o Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) objetiva monitorar a efetivação dos direitos humanos no Brasil. Desde o início do projeto, a RBJA tem acompanhado as atividades da Relatoria de Direito Humano ao Meio Ambiente, contribuindo, com isso, para ampliar o debate sobre o modelo de desenvolvimento adotado no país e fortalecer os sujeitos impactados por ele. Por indicação da Rede, a atual relatoria realizou missões ao Xingu e à Caetité, potencializando as resistências construídas nesses territórios. No caso de Caetité, o relatório final deverá ser lançado nos próximos meses, o que poderá gerar uma maior visibilidade aos impactos gerados pela exploração de urânio. Cabe também à RBJA potencializar esse instrumento de denúncia.

Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil

O Mapa é um instrumento político de denúncia e apoio à “luta de inúmeras populações e grupos atingidos/as em seus territórios por projetos e políticas baseadas numa visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde por tais populações, bem como movimentos sociais e ambientalistas parceiros”. Fruto de projeto desenvolvido pela Fiocruz e pela Fase, com o apoio do Ministério da Saúde, desde o início teve a Rede Brasileira de Justiça Ambiental como sua principal fonte de informações e referência política. Atualmente, o projeto continua em andamento e mantém-se aberto à contribuição dos membros, que podem denunciar conflitos ainda não mapeados ou atualizar os já existentes. Lançado na internet em janeiro de 2010, com 297 conflitos, hoje já existem 347, além de dezenas de outros prontos para serem acrescentados ou em fase de pesquisa. O Mapa será também uma das bases para a visualização do Intermapas, que oferecerá a possibilidade de juntar, virtualmente, os dados sobre conflitos a outros, envolvendo agroecologia, economia solidária e informações sobre a ação do BNDES. O Intermapas deverá estar pronto para ser apresentado durante o Encontro de Diálogos e Convergências entre Redes, em setembro, na Bahia.

Construção do Encontro Diálogos e Convergências entre Redes

O encontro, que tem à frente a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), busca articular redes e fomentar a construção de alianças estratégicas em torno do debate sobre a crise do capital e da crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico; evidenciar as disputas por territórios e potencializar as propostas de alternativas a esse modelo que estão sendo construídas pela sociedade civil. Sua organização contou com a realização de oficinas de sistematização de casos territoriais, realizadas no Agreste da Paraíba, no Planalto Serrano de Santa Catarina e no norte de Minas Gerais, além de reuniões preparatórias.

O encontro abordará oito temas: Reforma Agrária, Direitos Territoriais e Justiça Ambiental; Mudanças Climáticas; Matriz Energética (ou Agroenergia); Defesa da Saúde Ambiental e Alimentação Saudável e o Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos; Direitos dos/as Agricultores/as, Povos e Comunidades Tradicionais ao Livre Uso da Biodiversidade; Soberania alimentar e Economia Solidária; Participação e auto-organização das mulheres; Conhecimento, informação e poder. O evento será realizado na Bahia, no período de 26 a 29 de setembro de 2011. A RBJA participa de sua organização e contribuirá com a apresentação de experiências de ações e com a construção do Intermapas.

Participação na Rio+20

A Rio+20 será um importante ponto na trajetória das lutas globais por justiça social e ambiental. Ela se soma ao processo de articulação e denúncia construído desde a Rio-92 e, em especial, a partir de Seattle, FSM, Cochabamba, e que inclui as lutas por justiça climática para a COP 17 e frente ao G20. Este momento contribuirá para acumularmos forças na resistência e disputa por novos paradigmas baseados na defesa da vida e dos bens comuns, bem como para denunciarmos os motivos da crise sistêmica que vivenciamos. Não obstante, sabemos que há muitas falhas na implementação dos acordos globais desde a Eco92. Diante disso, integrantes da RBJA tanto participam da preparação da conferência, pressionando para que realmente seja um espaço de denúncia e de resistência, quanto constroem a Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD). Nesses espaços, a perspectiva crítica trazida pelo conceito de Justiça Ambiental contrapõe-se à ideia do capitalismo verde, que alguns grupos buscam apontar como saída para a crise ambiental que vivenciamos.

2008-2009:

Construção do Mapa de Injustiças Ambientais e Saúde no Brasil; participação na I Conferência Nacional em Saúde Ambiental.

2009: Participação em atividades no Fórum Social Mundial na Amazônia; Campanha da RBJA com ANA na produção de contra-parecer para banimento da substância agrotóxicos sulforamida para a COP4 da Convenção de Estocolmo; II Seminário Brasileiro Contra o Racismo Ambiental; III Encontro Nacional da RBJA, em Fortaleza; Participação no Encontro dos Afetados pelo BNDES; Realização da Missão de Relatoria de Direitos Humanos para o Meio Ambiente em Xingu e Campanha contra a construção da UHE de Xingu.

2010:

Construção do blog do GT Combate ao Racismo Ambiental; RBJA é convidada a participar de construção do Encontro de Diálogos e Convergências entre Redes; Participa da Assembléia da Rede Brasil sobre Instituições Multilaterais; GT CRA realiza duas oficinas de Combate ao Racismo Ambiental no Nordeste e Encontro com Advogados Populares; Lançamento nacional do Mapa de Injustiças Ambientais e Saúde no Brasil; Produção, junto ao Centro de Assessoria Imprensa e Rádio/Criar Brasil, de programas de rádio sobre Mudanças Climáticas; Publicação do dossiê sobre impactos da Vale, elaborado pelo GT AMS; GT AMS organiza Caravanas de Intercâmbio Norte e Sul, preparatórias para o I Encontro Internacional de Afetados pela Vale Encontro de Afetados pela Vale; Realização da Missão de Relatoria de Direitos Humanos para o Meio Ambiente em Caetité, Bahia; IV Encontro Nacional da RBJA, no Rio de Janeiro.

Atividades relacionadas à Avaliação de Equidade Ambiental

Os estudos de Avaliação de Equidade Ambiental (AEA) consistem na elaboração de uma metodologia de análise dos impactos que ações governamentais e projetos de desenvolvimento podem gerar sobre a sociedade e o meio ambiente. Busca privilegiar aspectos normalmente negligenciados por avaliações de cunho tecnicista e oferecer elementos aos movimentos para se contraporem à implementação de grandes projetos em seus territórios, a partir do levantamento participativo sobre a diversidade sociocultural das formas de apropriação do meio ambiente. Observa as formas como comunidades se relacionam com seus ambientes, tendo em vista dinâmicas sociais, lógicas econômicas e valores culturais com que operam e a desigualdade de tratamento entre os setores afetados. Para elaboração dessa metodologia, foram realizados quatro estudos de caso pela FASE e IPPUR/UFRJ com a participação de outros membros da RBJA. Em 2009, a rede elaborou dois boletins sobre o tema. O desafio do eixo é pensar a apropriação dos acúmulos adquiridos nessas construções e a multiplicação desse instrumento nos territórios.

Impacto socioambiental das atividades nucleares e da retomada do Programa Nuclear Brasileiro

Entre os membros da RBJA, constam várias entidades e pesquisadores inseridos no debate sobre o nuclear. A partir do IV Encontro Nacional e da reunião auto-gestionada lá realizada sobre o tema, vêm ganhando fôlego a visibilização dessas confluências. A partir de um encontro de representantes da sociedade civil, de diferentes regiões do país, promovido pela Fundação Heinrich Böll, em parceria com a RBJA, realizado em 3 de maio último, no Rio de Janeiro, materializou-se a construção da Articulação Antinuclear Brasileira. Nessa ocasião, os movimentos e entidades socioambientais, comunidades e pesquisadores presentes amadureceram a construção de seu Manifesto, posteriormente também fortalecido pela assinatura da RBJA.

Representação da RBJA no CISAMA

Ao longo desses dez anos, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental discutiu mecanismos de representatividade. Dada a necessidade de compatibilizar a horizontalidade e a construção coletiva de posicionamentos com o alcance e sua incidência política, acumulou-se que os membros não representam a RBJA, mas levam a perspectiva da justiça ambiental aos debates e demais espaços propícios ao fomento da discussão. Não obstante, optou-se por compor, através do GT Químicos, a Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente (Cisama) do Conselho Nacional de Saúde, considerado um espaço importante para influir em questões relacionadas ao saneamento e seus impactos. A permanência da RBJA no Cisama, contudo, foi problematizada durante o IV Encontro Nacional, mas não se obteve um posicionamento comum. Com isso, encaminhou-se que a RBJA voltaria a discutir sua permanência naquele esse espaço.

Criação de novos eixos de incidência e grupos de articulação

Outros dois processos apontados durante o IV Encontro Nacional referem-se à constituição, no âmbito da RBJA, de grupos que venham a discutir e propor ações acerca dos seguintes temas: política energética brasileira, implementação de grandes barragens na Amazônia e mineração; e Justiça Climática. Os grupos são importantes pois, através deles, organizações, pesquisadores e ativistas que lidam com questões comuns podem fortalecer sua articulação e os processos políticos que compõem. Diante do cenário de aprofundamento do projeto desenvolvimentista, para o qual é essencial, por exemplo, a produção de energia em larga escala, faz-se necessário fomentar a organização dos integrantes da Rede e a incidência política deles, o que poderá ser potencializado através da formação de grupos.

Em razão do que discutimos, também durante o IV Encontro Nacional, sobre nossas estratégias de comunicação, pautamos um novo formato para o boletim informativo, onde passaremos a reverzar a dedicação de um espaço mais amplo a algum desses processos. Esta nova fase do boletim inaugura-se, então, com o tema "AGROTÓXICOS". Compõem-no estudos feitos pela Fiocruz, a partir de referências oriundas do Banco Temático da RBJA, além de breves apresentações de alguns dos membros da RBJA que atuam sobre conflitos ambientais relacionados aos agrotóxicos. Com isso, pretendemos que, a cada nova edição, possamos compartilhar conhecimentos e experiências, possibilitando a apropriação dos membros acerca do conjunto dos processos políticos que compomos.



A abordagem da RBJA sobre as consequências dos agrotóxicos

A RBJA (Rede Brasileira de Justiça Ambiental) indexou, em seu Banco Temático, entre os anos de 2002 a 2009, diversos documentos que denunciam as consequências socioambientais do progressivo uso de agrotóxicos. No Brasil, conflitos decorrentes da expansão do agronegócio e da monocultura em larga escala relacionam-se com o intenso uso de sementes transgênicas, fertilizantes e agrotóxicos, principalmente em um país que figura como maior consumidor mundial de agrotóxicos desde 2009.

A riqueza do acervo da RBJA, disponibilizado on-line para consulta pública através de seu Banco Temático (www.justicaambiental.org.br), deve-se à natureza diversificada dos documentos. Encontram-se reunidos artigos científicos, cartas de movimentos sociais ou pesquisadores destinados a seus membros, sociedade civil e autoridades do poder público, notícias veiculadas em periódicos de circulação local e nacional, decisões judiciais, laudos e pareceres técnicos, relatorias públicas dos conflitos, entre outros. A seguir serão apresentados, de maneira resumida, os grupos de documentos que debatem temas específicos relacionados aos agrotóxicos.

Desde 2002, diversas denúncias relatam casos de intoxicação por agrotóxicos, aguda e crônica, de trabalhadores rurais que têm contato direto com o produto. A intoxicação manifesta-se de diversas maneiras, desde leve desconforto até morte repentina. Os especialistas relatam a dificuldade de associação entre os quadros de envenenamento e o uso de agrotóxicos devido tanto à falta de treinamento de profissionais da área da saúde para este tipo de diagnóstico, como pela ausência de uma efetiva unidade de informações através do Sistema Único de Saúde brasileiro que permita,

Internações devido à intoxicação por pesticidas no estado do Ceará:



Em 2011, foi lançada a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. Foto: Marcello Casal Jr/ABr

posteriormente, relacionar os casos de intoxicação à uma mesma região, grupo exposto e período.

A RBJA dispõe de documentos em seu Banco Temático que permitem observar a forte relação entre a exposição aos agrotóxicos e casos de severas intoxicações em diversas áreas rurais brasileiras. Dentre as muitas fontes há, por exemplo, a conclusão, veiculada no periódico Folha de Ribeirão Preto, de um estudo baseado em exames toxicológicos realizados em moradores de Guaíra (SP), no ano de 2002, sugerindo intoxicação por substâncias contidas em agrotóxicos.

Também indexadas, encontram-se as denúncias encaminhadas pela FETAG (Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura) do Piauí, através do Boletim Informativo da Funáguas (Fundação Águas do Piauí), relativas às mortes de 15 (quinze) trabalhadores rurais e centenas de casos de intoxicação aguda entre moradores e trabalhadores de Ribeiro Gonçalves (PI) no ano de 2005. Outro documento disponível que merece destaque trata do levantamento realizado pelo Cerest (Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador) Manoel Jacaré, veiculado através do portal eletrônico Ambiente Brasil, que demonstra o vertiginoso aumento das internações por intoxicação contabilizadas apenas no estado do Ceará: de 659 casos no ano de 2004 para 1106 no ano de 2005.

Além dos documentos já mencionados, atesta o perigo da indústria de agroquímicos a publicação da Agência Brasil de 2006, indexada ao banco temático, na qual encontra-se divulgado o reconhecimento pelo Ministério da Saúde do agrotóxico como principal ameaça à saúde do trabalhador em 16 estados brasileiros.

Os quadros de intoxicação tipicamente associados ao contato direto com agrotóxicos, entretanto, compõe apenas uma vertente do risco à saúde apresentado pelo uso destes agroquímicos. Estudos científicos apontados em artigos como “Glifosato nosso de cada dia”, por Ronaldo Santos de Freitas, ou “Las mentiras del Glifosato”, de Olga L. Gonzalez para o Journal El Tiempo, também têm relacionado substâncias como Taron e glifosatos a ações imunodepressoras no organismo humano, má formação fetal e a crescente incidência de câncer nas populações expostas.

No ano de 2002, a revista Galileu alertou para a epidemia de suicídios em zonas rurais de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nessas regiões, tanto moradores como médicos locais apontam o uso de agrotóxicos nos cultivos locais como uma importante causa das mortes destes trabalhadores, já que muitos agrotóxicos possuem efeito neurotóxico e podem agravar casos de depressão. A falta de equipamentos adequados de proteção e o uso indiscriminado e incontrolado dos agrotóxicos são apontados como as principais causas das intoxicações crônicas.

Apesar de seu emprego direto por agricultores, as intoxicações não se limitam às zonas rurais, mas abrangem as áreas afetadas pela cadeia de produção dos agrotóxicos, incluindo fábricas, o transporte, o armazenamento e a destinação final de embalagem. A RBJA também reúne estudos e denúncias que comprovam o risco aos quais se encontram submetidas as populações residentes nas cercanias das indústrias de agroquímicos. Por exemplo, Elizabeth Oliveira reportou em 2007, através do portal Ambiente Brasil, o acidente nas instalações da Bayer CropScience localizada no município de Belfort Roxo (RJ), denunciando não apenas o possível vazamento de substâncias tóxicas naquela ocasião, como também a gravidade da exposição diária aos resíduos industriais aos quais estariam submetidos os moradores da região.

Outro acidente importante ocorreu em novembro de 2008 na indústria química Servatis, localizada em Resende (RJ), quando foram lançados 8 mil litros do agrotóxico endossulfan (um organoclorado usado como inseticidas) no rio Piratininga, afluente do Paraíba do Sul, principal rio que corta o Estado do Rio de Janeiro. O acidente provocou uma mortandade de peixes e levou ao pânico milhares de moradores dos vários municípios afetados ao longo do Paraíba do Sul, com a captação de água sendo interrompida. O acidente também afetou a vida de milhares de pescadores na região, já que a contaminação impactou cerca de 42 espécies nativas e exóticas de peixes da região, tendo sido coletadas pelo menos 100 toneladas de peixes mortos nos dias que se seguiram ao acidente.

Estritamente relacionado à expansão das monoculturas de soja, milho, cana, pinus, eucalipto e outras monoculturas, o uso de agrotóxicos afeta irreversivelmente a vida de populações tradicionais e pequenos agricultores que se veem obrigados a disputar e dividir espaço com eses cultivos. A prática da grilagem de terras a serviço de grandes corporações e latifundiários do agronegócio representa apenas parte da violência a que estas comunidades estão submetidas. Dentre os impactos, podem ser citados o desmatamento das matas ciliares e de encosta, o intenso uso de agrotóxicos em culturas que demandam alto consumo de água e contaminam rios e águas subterrâneas, extinguindo peixes, flora (herbicidas) e fauna (pesticidas) locais. Tudo isso inviabiliza a sobrevivência das populações tradicionais e de pequenos agricultores, dependentes da exploração sustentável dos recursos naturais disponíveis para a produção de seus alimentos e produtos para comercialização.

Portanto, a devastação causada pelos agrotóxicos ultrapassa as cercas das grandes propriedades de monoculturas e entra em conflito com comunidades quilombolas, ribeirinhas, colônias de pescadores, posseiros e pequenos produtores.

A RBJA vem monitorando estes conflitos e disponibilizando diversos documentos

relativos ao tema, como o relatório, de 2002, do “Seminário Territórios Negros Sapê do Norte do Espírito Santo: História, Antropologia e Alternativas Jurídicas de Comunidades Rurais Negras do Norte do Espírito Santo”. Este e outros documentos tratam das denúncias veiculadas pela Rede de Alerta contra o Deserto Verde, nos quais encontram-se descritos conflitos ambientais envolvendo mais de 1.200 (mil e duzentas) famílias em áreas remanescentes de quilombos no Espírito Santo, com a empresa Aracruz Celulose sendo denunciada pela perseguição às lideranças locais, extinção dos recursos destas comunidades, grilagem de terras e pelo desrespeito à legislação ambiental.

Também podem ser encontradas transcritas as contestações, veiculadas pela Radiobrás em 2006, de pequenos produtores do município de Lucas do Rio Verde (MT) em protesto contra a expansão da soja na região e constantes pulverizações em áreas da localidade, incluindo o acidente ocorrido em primeiro de março de 2006, quando uma nuvem aérea de agrotóxicos baixou sobre a cidade e destruiu vários jardins, pomares e hortas, além de afetar a saúde da população local. Além desses episódios, a reportagem do periódico “O Diário de Montezuma Cruz” relata outro fenômeno de mortandade de peixes que se acumularam na Usina de Itaipu devido ao uso de fungicidas na agricultura da região.

“A falta de equipamentos adequados de proteção e o uso indiscriminado e incontrolado dos agrotóxicos são apontados como as principais causas das intoxicações crônicas.”

Vale destacar, dentre estes conflitos, a luta dos pequenos produtores de Santa Cruz de Cabrália (BA), em 2006, município em que vereadores e comunidade mobilizaram-se para elaborar um plano diretor, impedindo a expansão da monocultura do eucalipto na região, liderada pela multinacional Veracel, da corporação sueco-finlandesa Stora-Enzo.

Outro importante documento se refere ao relatório resultante da Audiência Pública realizada para monitoramento das recomendações feitas após a Missão Conjunta de agosto de 2005, que averiguou *in loco* denúncias de violações de direitos humanos na região do Baixo Parnaíba (MA), originalmente disponibilizado pela Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Esta audiência contou com a participação de mais de cem representantes das comunidades atingidas pela expansão do agronegócio na região.

Denúncias como as veiculadas no ano de 2007 por Edilson Almeida, da agência 24 horas News, narando a luta das comunidades indígenas que sofreram a invasão de seus territórios e poluição de seus rios no Mato Grosso, constam nos arquivos do Banco Temático, através do qual foi possível acompanhar o desenrolar destes conflitos e a atuação das populações atingidas. Dentre eles há a carta aberta ao público, posteriormente encaminhada ao governo do Mato Grosso, em 2008, assinada por cerca de 40 lideranças indígenas, exigindo a proibição do uso de agrotóxicos em fazendas nos entornos de suas reservas. Para ressaltar a variedade contida no Banco Temático, cabe citar o relato dos impactos sócioambientais decorrentes do processo de assoreamento do Rio São Francisco, elaborado pelo Frei Gilvander Luiz Moreira, após sua peregrinação ao longo do leito do rio, veiculado através do Grupo de Trabalho Combate ao Racismo Ambiental e nomeado "São Francisco: dádiva agredida" (2009).

Sementes transgênicas

O debate acerca das sementes transgênicas também contribui como mais um dos temas que estão fortemente relacionados ao uso de agrotóxicos. O Banco Temático da RBJA reúne diversos artigos científicos que contestam empiricamente a propaganda falaciosa pró-transgênicos, a qual defende este tipo de produto como ambientalmente sustentável, menos poluente, altamente produtivo e agente responsável pela futura erradicação da fome mundial. Por exemplo, o boletim, veiculado em 2003 da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos critica e contesta as afirmações contidas na propaganda veiculada pela empresa Monsanto nos meios de comunicação durante o período.

Imagens de resistência

Na Chapada do Apodi, Ceará, comunidades lutam contra a violência e a contaminação ambiental imposta pelo agronegócio. A mobilização pela retomada de suas terras, o combate à pulverização aérea, a crítica à precarização do trabalho e a reivindicação de que sejam apurados os assassinos do agricultor Zé Maria revelam facetas da luta por justiça ambiental.



Enquanto isso, próximo dali, no Tabuleiro de Russas, comunidades em transição agroecológica, ao lutarem pela defesa de seu território e de seus modos de viver, constroem resistências no campo - um contraponto ao agronegócio que se expande na região.



Fotos: Melquíades Júnior e Lara Viana

Nos documentos que circularam na Rede entre 2003 e 2008, foi justamente a multinacional Monsanto o principal alvo das denúncias relacionadas ao tema dos transgênicos. A crítica científica baseia-se principalmente: nas incertezas e insuficiências dos estudos relativos aos efeitos ambientais e à saúde humana decorrente do consumo de produtos transgênicos; na imposição de uma única espécie em detrimento das sementes crioulas, descaracterizando o ecossistema e reduzindo sua biodiversidade; na dependência em que se encontra o agricultor frente ao fabricante, tanto para a aquisição de mais sementes como para a compra do herbicida e outros agrotóxicos correspondentes; no crescente uso de agrotóxicos nestas plantações, dada a resistência aos herbicidas desenvolvidas pela espécie transgênica ao longo do tempo; na negação dos setores ligados aos transgênicos de incorporarem a rotulagem de seus produtos; e, por fim, por se tratar de uma tecnologia que serve aos interesses do agronegócio e do capital estrangeiro.

Portanto, são diversos estudos que tratam das problemáticas que envolvem as sementes transgênicas, como o relatório elaborado e disponibilizado pela ONG Amigos da Terra Internacional, em 2007, que atesta a ineficiência dos transgênicos em termos de qualidade e preço para o consumidor e seu suposto mal sucedido papel na erradicação da fome, tendo em vista sua destinação majoritária à produção de ração para animais. O relatório também comprova o aumento gradativo, em cerca de seis vezes, do consumo de agrotóxicos em plantações transgênicas, se comparadas aos cultivos não transgênicos.

Encontram-se também outros estudos no Banco Temático, relacionando agrotóxicos e transgênicos, a exemplo do que teve seu resultado publicado no Jornal do Paraná, que fora realizado, em 2006, pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura de Curitiba (PR), no qual é confirmada a presença de glifosato acima do permitido em amostras de soja transgênica.

Além de ressaltar as contaminações derivadas do consumo de agrotóxicos, a RBJA apresenta denúncias específicas à ingestão de transgênicos, como a veiculação pelo periódico Brasil de Fato, em 2005, de estudo secretamente realizado pela empresa Monsanto, através do qual é possível atestar a ocorrência de anormalidades nos rins e composição sanguínea de roedores que consumiram milho transgênico fabricado pela mesma empresa.

O apoio à comunidade ambientalista também se faz presente, já que se encontram reunidas notícias que dizem respeito, por exemplo, às ameaças sofridas pelo ambientalista da Funáguas, Judson Barras, relatadas pela EcoAgência em 2007, devido às

denúncias que dirige à multinacional Bunge. Judson acusa a empresa pela expansão desordenada da soja transgênica no cerrado piauiense e consequente destruição, desmatamento e poluição do bioma local.

Regulamentação e fiscalização dos agrotóxicos

A legislação que trata da comercialização e fiscalização do uso de agrotóxicos, bem como o papel do poder judiciário e dos órgãos de regulamentação e fiscalização foi mais um eixo de discussões com destaque entre os documentos. Dentre as instituições discutidas estão o Ibama, as Semas (Secretarias do Estado de Meio Ambiente), Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente), a Anvisa (Agência Nacional da Vigilância Sanitária) e o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Os documentos avaliam e muitas vezes denunciam a atuação do Estado brasileiro frente às ações e regulamentações dos agrotóxicos e transgênicos, embora sejam também destacadas as pressões que a ANVISA sofre por parte de produtores de agrotóxicos e da bancada ruralista no enfrentamento do problema.

Exemplificam o monitoramento realizado pela RBJA, documentos que tratam do encaminhamento à Anvisa pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, em 2003, do pedido de suspensão da comercialização do pesticida Aldicarde (de nome comercial Temik e conhecido como chumbinho), veiculado pelo periódico Consumidor S.A, bem como documentos que tratam da continuação desta luta através da campanha nacional "Chumbinho não!", desde 2007.

Outros textos tratam da aprovação e ratificação pela Comissão de Defesa do Consumidor, em 2005, da Convenção de Roterdã sobre comercialização de agrotóxicos, publicada pelo portal Ambiente Brasil; da Carta Aberta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviada por Reinaldo Skalisz em repúdio à Lei de Biossegurança Nacional, sancionada em 2005; e da carta-protesto recolhendo assinaturas para a campanha "Chega de Veneno em nossa comida: Sobre a importação de agrotóxicos de países do Mercosul", encaminhada por Frei Sérgio no ano de 2005. Também deve ser mencionado o projeto de Lei do deputado Edson Duarte do PV (Partido Verde), datado de 2005, prevendo a suspensão de substâncias organocloradas usadas no tratamento de madeiras.

Outros documentos abordam campanhas contra certificações de empresas como a Aracruz Celulose e Veracel, requerentes de selos de responsabilidade sócioambiental como Cerflor e FSC, a exemplo da campanha dirigida e veiculada pela Rede de Alerta contra o Deserto Verde em 2006.

“Nos documentos que circularam na Rede entre 2003 e 2008, foi justamente a multinacional Monsanto o principal alvo das denúncias relacionadas ao tema dos transgênicos.”

A partir do ano de 2006 e da realização do I Fórum Mundial de Soberania Alimentar, movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) passam a atribuir destaque ao debate acerca dos biocombustíveis, ou agro-combustíveis como defendido pelos movimentos. Embora o Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB) tenha sido criado, em tese, com a intenção de fortalecer a agricultura familiar, através da produção de oleaginosas, na prática esse objetivo foi ficando cada vez mais difícil de ser alcançado. As principais denúncias e críticas dirigidas às políticas de incentivo à produção de biocombustíveis promovidas pelo governo brasileiro, e amplamente estimuladas pelo governo estadunidense, relacionam-se ao seu crescente vínculo com o agronegócio e às degradantes condições de trabalho em monoculturas de cana de açúcar, além de degradar o meio ambiente, afetar a segurança alimentar pela produção não destinada ao consumo humano e estimular o intenso uso de agrotóxicos.

Esta perspectiva vai de encontro à propaganda, amplamente divulgada na mídia brasileira, que almeja caracterizar o Biodiesel como “energia limpa” e alternativa de desenvolvimento sustentável. A RBJA dispõe em seu Banco Temático de artigos, cartas e campanhas que divulgam tanto o posicionamento de movimentos sociais como de pesquisadores e figura públicas em relação às políticas do Etanol no Brasil. Podem ser citados, como exemplo dentre estes documentos, o artigo assinado por Fidel Castro, presidente cubano, veiculado pelo periódico Carta Maior em 2007, no qual o líder criticou a política do Etanol promovida pelo governo Lula, assim como a carta aberta elaborada pelo diretório nacional do MST e Via Campesina, datada de 2007, esclarecendo o posicionamento destes movimentos acerca dos agro-combustíveis e o artigo “Biocombustíveis – um debate ético?” de Verena Glass para a Carta Maior (2007).

Através da leitura das diversas questões apresentadas acerca dos agrotóxicos nos documentos disponibilizados pela RBJA, não surpreende observar, cada vez mais, movimentos sociais e pesquisadores que empregam em seus textos o termo “genocídio” referente às políticas e interesses que colaboram para a permanência e crescimento do uso de agrotóxicos entre populações vulneráveis. O termo refere-se ao processo de empobrecimento, expulsão, intoxicação e morte ao qual se encontram expostas as populações, principalmente as camponesas, na medida em que as monoculturas e o agronegócio expandem seu poderio com suas sementes, insumos e maquinário.

As denúncias relativas ao Estado demonstram como este se encontra fortemente atrelado ao agronegócio através de suas políticas de subsídio e promoção, apesar das provas que se acumulam anualmente demonstrando seus impactos sociais, ambientais e à saúde humana. Assim, para vários movimentos e autores, o genocídio pelo agrone-

gócio e o uso intensivo de agrotóxicos vem sendo promovido por grandes fazendeiros e corporações multinacionais, com a conivência de vários órgãos de governo, provocando impunemente a dizimação das identidades e recursos camponeses, além das populações tradicionais, e sua continuidade permanece à revelia dos impactos, a curto e longo prazo em larga escala, que vêm sendo produzidos, nos últimos anos.



O Brasil é o primeiro colocado no ranking mundial do consumo de agrotóxicos. Mais de um milhão de toneladas de venenos foram jogados nas lavouras em 2010, de acordo com dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola.

Diante dessa triste realidade, mais de 30 entidades da sociedade civil brasileira, movimentos sociais, entidades ambientalistas, estudantes, organizações ligadas a área da saúde e grupos de pesquisadores lançaram a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. A Campanha pretende abrir um debate com a população sobre a falta de fiscalização no uso, consumo e venda de agrotóxicos, sobre a contaminação dos solos e das águas bem como denunciar os impactos dos venenos na saúde dos trabalhadores, das comunidades rurais e dos consumidores nas cidades. (Fonte: mst.org.br)

Uma série de materiais feitos para ampliar a discussão e alertar a sociedade sobre o consumo de agrotóxicos estão sendo produzidos.

Veja, abaixo, algumas dicas.

>> A Radioagência NP produziu especial de programas de rádio intitulado: “Os perigos dos agrotóxicos no Brasil”. Ele pode ser encontrado no site www.radioagencianp.com.br



>> O Cordel “A maldição dos agrotóxicos ou o que faz o agronegócio”, produzido pelo Núcleo Tramas – UFC, UECE, MST, Cáritas Diocesana de Limoeiro, CSP-Conlutas e CPT, pode ser encontrado em: www.mabnacional.org.br



>> O documentarista Silvio Tandler lançou o filme “O veneno está na mesa”, que aborda o perigo do uso de agrotóxicos na agricultura. O link para download pode ser encontrado em: filmespoliticos.blogspot.com/

Conheça alguns integrantes da RBJA que combatem os agrotóxicos



Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte

Organização não governamental, sob a forma de sociedade civil de interesse público, de caráter cultural e técnico-científico, de direito privado, autônoma, sem fins lucrativos, sem vínculo com a política partidária, a APROMAC tem como finalidade a educação, a proteção, a conservação e a recuperação ambiental. Desde sua criação, em 1985, em Cianorte-PR, a APROMAC assume uma postura de atuação crítica junto aos conselhos de meio ambiente, municipal, estadual e nacional.

Tem como foco de atuação a luta contra a contaminação por substâncias tóxicas, entre as quais os poluentes orgânicos persistentes, muitos dos quais estão presentes em diversos agrotóxicos. Nesse sentido, atualmente, aprofunda-se nos estudos e denúncias sobre os impactos à saúde ambiental provocados pelo endossulfan, agrotóxico organoclorado neurotóxico cuja elevada toxicidade para a saúde humana e ambiental levou a severas restrições ou proibição de uso em diversos países e que, apenas recentemente, teve seu banimento determinado pela Anvisa.



Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade – TRAMAS/UFC

O Núcleo TRAMAS vem se constituindo desde 1996, no Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da UFC, em articulação com diversos outros departamentos acadêmicos desta e de outras Universidades, instituições públicas e movimentos sociais. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão; participa de instâncias de controle social e de atividades da sociedade no campo das relações Trabalho-Ambiente-Saúde.

A ética de respeito à vida norteia o compromisso e as ações assumidas pelo núcleo. Tecendo percursos para a construção de uma consciência coletiva, considera imprescindível uma profunda articulação com os movimentos sociais, compartilhando os diferentes saberes trans e interdisciplinares.

O Núcleo desenvolve, há quatro anos, o "Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe, Ceará, exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos". Atualmente, o processo de sistematização dos resultados da pesquisa envolve o Tramas, comunidades e movimentos da região na partilha do conhecimento coletivamente construído sobre impactos socioambientais decorrentes da implantação e expansão do agronegócio.



A Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares

Articulação da advocacia popular junto aos movimentos sociais, há 16 anos coloca-se ao lado da luta pela terra. Hoje também atua em diversas temáticas, na defesa de direitos humanos, de trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.

A atual lógica de desenvolvimento traz prejuízo à maioria da população. Integrante dela, o agronegócio, com apoio do poder público, provoca uma série de violações socioambientais. As assessorias jurídicas dos movimentos sociais procuram, então, utilizar espaços e contradições do sistema de justiça para a realização da justiça social, buscando contribuir com a resistência dos diversos povos atingidos e para a superação dos males impostos.

O agrotóxico é uma das faces mais perversas do agronegócio, causando dor, sofrimento aos trabalhadores, famílias, comunidades, à saúde pública, ao meio ambiente. Há searas de disputa no Poder Judiciário, como no Legislativo, que acumulam com a luta social, para o bem estar de toda a população. Nisto, a RENAP busca estar a serviço das organizações populares na defesa da terra, dos territórios e do modo de vida sustentável da maior parte da população.



Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia

Entidade civil sem fins lucrativos, criada em 1991, por um grupo heterogêneo de pessoas que vivem no extremo sul da Bahia, dentre elas, professores, sindicalistas, profissionais autônomos, estudantes e artistas, tem trabalhado na preservação da Mata Atlântica, no acompanhamento e formulação de políticas públicas no campo socioambiental, na implantação de mecanismos ágeis de controle social, na educação e cultura regional, na defesa dos direitos humanos e por um modelo de desenvolvimento regional que contemple as diversas formas de vida existentes no território.

O CEPEDes atua combativamente contra a expansão da monocultura de eucalipto na região. Entre os prejuízos causados à sociedade por um modelo agrícola baseado na monocultura e no latifúndio, denunciam o desrespeito à legislação trabalhista, diminuição da produção de alimentos e uso intensivo de agrotóxicos.